



Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia

Ian Prates | pesquisador Afro

Márcia Lima | pesquisadora e coordenadora do Afro

Caio Jardim Sousa | pesquisador Afro

Gisele Silva Costa | pesquisadora Afro

Thayla Bicalho Bertolozzi | pesquisadora Afro

Resumo executivo

- **Desocupação:** a taxa de desocupação de pessoas negras ao longo de 2020, que aumentou de 11,45% para 16,63%, é maior do que entre brancos (de 9,17% para 11,58%), situação que já era, também, desigual antes da pandemia (Gráfico 4, p. 11). Além disso, os piores cenários, inclusive quanto à redução percentual no volume de postos de trabalho, foram para a população negra, principalmente de março a maio (Gráfico 5, p. 14).
- **Home office:** durante a pandemia, o percentual de brancos em teletrabalho é maior do que o de negros (Gráfico 9, p. 19). Embora os dados apresentem uma ideia contraintuitiva de que brancos tenham voltado ao trabalho presencial mais cedo, o Gráfico 10 (p. 19) indica que isso pode ter ocorrido pois há um maior número de professores negros com ensino superior – é válido lembrar que o ensino remoto

emergencial perdurou por mais tempo -, enquanto há um maior número de profissionais brancos em cargos de gerência e outros.

- **Dependência do auxílio emergencial:** além da retomada da taxa de pobreza em nível próximo ao da década de 90, constatou-se que 10,6 milhões de brasileiros vivendo em família estão sem nenhuma renda, dependendo apenas do auxílio emergencial. Estes são 5% da população brasileira e, dentre eles, 67% são negros (Gráficos 12 e 13, p. 26).
- **Intervenções identificadas:** dentre as medidas, destaca-se a pouquíssima ação do Governo Federal e um maior envolvimento da sociedade civil, de investimentos sociais e empresas que, como a Magazine Luíza, ofereceram programas de *trainee* para populações negras, mesmo recebendo críticas. Ademais, projetos de capacitação em tecnologia e empreendedorismo digital também foram enfatizados (pp. 27-30).
- **Percepções midiáticas:** na imprensa digital, observou-se uma maior preocupação inicial com a situação de empregadas domésticas, e outros trabalhadores informais, como entregadores de aplicativos de delivery, ambos majoritariamente negros. Gradualmente, a atenção voltou-se para as taxas de desocupação entre negros, sobretudo após as atualizações da Pnad, e para o fato de que pessoas negras têm maior dificuldade para acessar à aposentadoria do INSS, receber empréstimos e créditos, além de estarem enfrentando a crise com menos reservas financeiras (pp. 30-34).

Este informativo em palavras

A nuvem de palavras sintetiza os tópicos mais abordados neste informativo, considerando sua frequência.



Introdução

O mercado de trabalho é tema-chave dos estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Questões relacionadas à inserção e às formas de participação da população negra na força de trabalho são objeto de análise e reflexão desde os primeiros estudos sobre o período após a Abolição da Escravatura. Pontuar questões importantes dessa reflexão é fundamental para entendermos como a questão racial organiza o contexto atual de uma pandemia que tem reconfigurado e aprofundado desigualdades nesse aspecto.

A formação do mercado de trabalho no Brasil foi um processo no qual a condição racial do trabalhador teve uma enorme relevância. A ideologia do branqueamento, a transição para o trabalho livre e as políticas imigratórias foram temas e questões sobrepostos no debate acerca das características da mão de obra e da nação brasileira (Seyferth, 1996 e 1990; Ramos, 1996). Embora existam aspectos históricos na construção das desigualdades raciais no mercado de trabalho, elas devem ser também compreendidas à luz dos mecanismos contemporâneos relacionados à manutenção de privilégios e aos ganhos materiais e simbólicos obtidos pela desqualificação competitiva da população negra. Discriminação e preconceito ganham novos significados e são atualizados dentro das estruturas contemporâneas, e não mais como legados da escravidão (Hasenbalg, 1979).

O mercado de trabalho no Brasil foi formado num processo em que o caráter racial da população teve grande importância para sua inserção. Uma das principais consequências dessa nova ordem de trabalho assalariado, por exemplo, foi a existência de uma competição racializada pelo emprego (Chalhoub, 1986). Temas e questões tratados no debate intelectual sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as características ideais da mão de obra nacional estavam fortemente conectadas com a ideologia do branqueamento e com as políticas

imigratórias (Seyferth, 1996 e 1990; Ramos, 1996). Nesse sentido, um tema marcante nas questões relacionadas à participação da população negra no mercado de trabalho desde aquele período é o da qualificação da mão de obra negra. Naquele momento em especial, discutiam-se suas condições de competitividade em relação aos imigrantes trazidos pelo governo brasileiro e oriundos principalmente da Europa, a despeito de sua baixa qualificação (Andrews, 1988).

Diferenças educacionais e de qualificação

Embora existam aspectos de caráter histórico na construção das desigualdades raciais do mercado de trabalho, elas devem também ser compreendidas à luz dos mecanismos contemporâneos de manutenção dos privilégios e dos ganhos materiais e simbólicos obtidos pela desqualificação competitiva da população negra frente à população

As diferenças educacionais em relação aos brancos e o ingresso precoce na força de trabalho sempre foram duas características distintivas da presença dos negros na força de trabalho

branca. Discriminação e preconceito ganham novos significados e são atualizados dentro das estruturas contemporâneas, e não mais como legados da escravidão (Hasenbalg, 1979,1992).

Atualmente, o tema da qualificação da mão de obra negra ainda permanece em debate. As diferenças educacionais em relação aos brancos e o ingresso precoce na força de trabalho sempre foram duas características distintivas da presença dos negros na força de trabalho. Ao longo do tempo, e em especial nas duas últimas décadas, tem havido uma queda expressiva do ingresso precoce da população negra na força de trabalho, e se observam avanços significativos de sua educação formal. Esse quadro de mudança foi mais expressivo em relação à conclusão do ensino do médio, mas também apresentou avanços importantes no acesso e conclusão do ensino superior. Para demonstrar essas mudanças, trabalhamos com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios desde o ano de 1995.

No biênio 2017-2018, a proporção de pessoas com ensino superior completo entre os chefes de família pretos e pardos teve um crescimento acumulado, respectivamente, de 157,4% e 131,6% em relação à proporção em 1995-1996. Na população branca, esse número foi de 79,8%. Isso revela o quanto a expansão da escolarização das pessoas negras foi bem mais acelerada, num percurso de tentativa de igualdade dos níveis de estudo (ver gráficos abaixo). Ainda assim, a fatia de chefes de família negros que terminaram a faculdade ainda fica bem aquém do observado na população, mas novas tendências se tornam desenhadas.

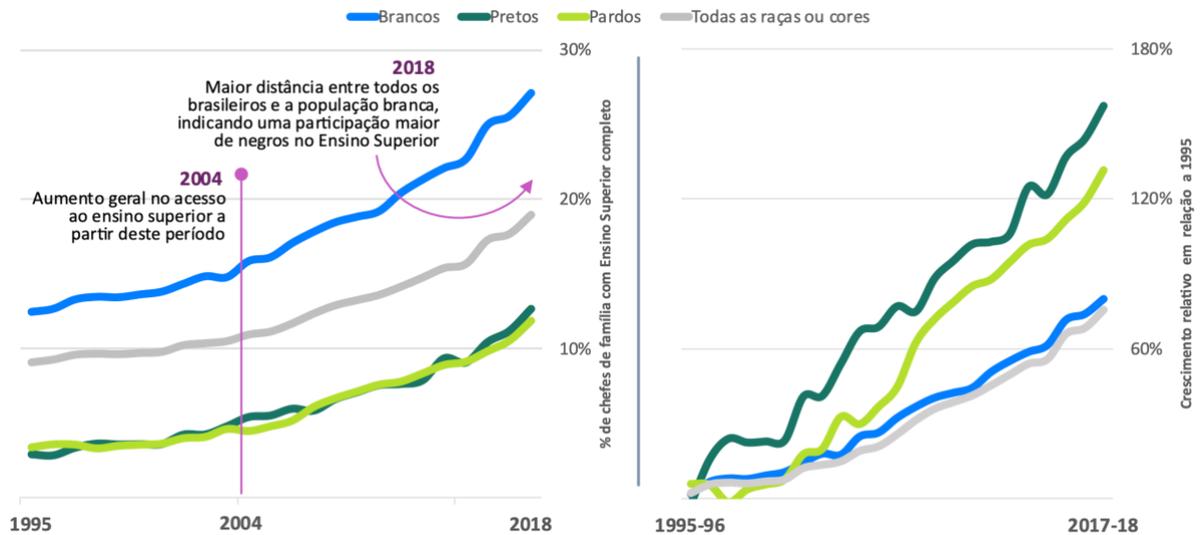
Destacamos os seguintes fatos a respeito dos gráficos:

(a) No Gráfico 1, nota-se que a distância entre a linha correspondente à série histórica das pessoas brancas e aquela de toda a população brasileira se torna maior entre a metade dos anos 1990 e o fim da década de 2010. Isso é uma evidência de que pessoas brancas cada vez mais deixaram de ser uma maioria absoluta no ensino superior, dado o aumento do ingresso de pessoas pretas e pardas nas universidades demonstrado no Gráfico 2;

(b) Na análise visual de dados em gráficos de linha, quando a série histórica de uma subpopulação é muito próxima da que pertence à população geral, entende-se que essa subpopulação tem uma dominância muito grande no grupo analisado. No caso do ensino superior, brancos configuraram até recentemente uma grande maioria nas faculdades, razão pela qual a curva de crescimento na matrícula no ensino superior que pertence a esse grupo está tão próxima de toda a população brasileira.

Gráfico 1 (à esquerda) → Proporção dos chefes de família que possuía ensino superior completo entre 1995 e 2018

Gráfico 2 (à direita) → Crescimento acumulado da proporção de chefes de família com ensino superior completo, entre 1995 e 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Anual, 1995-2018.

Entretanto, mesmo com o aumento da escolaridade da população negra, o esperado retorno em função da aquisição de credenciais educacionais é menor. Isso ocorre tanto em termos de rendimento, como de possibilidade de inserção nas melhores ocupações (melhores rendimentos, maior formalização e qualificação). Em síntese, a qualificação tem sido um fator importante, mas não suficiente para redução das desigualdades raciais no mercado de trabalho.

No caso dos trabalhadores com ensino superior, estudos apontam que há um viés racial e de gênero na distribuição das carreiras e nos rendimentos, caracterizando um processo de **estratificação horizontal**¹. Ribeiro e Schlegel (2015) apontam que nos últimos cinquenta anos houve um crescimento da participação relativa de mulheres, negros e indígenas

¹ A estratificação horizontal é um processo de diferenciação social no seio do ensino superior, que está ligado às origens sociais dos estudantes. Por meio dele, vestibulandos que vêm de meios sociais de mais alto status social se matriculam em cursos de mais prestígio social, cultural e econômico (como Medicina, Direito e Engenharias), e os oriundos das mais baixas da sociedade escolhem cursos menos prestigiosos e seletivos, limitando suas possibilidades profissionais após a graduação. Estas limitações ocorrem tanto pela melhor preparação ao ingresso na universidade por parte dos estudantes de maior status, quanto pela maior disponibilidade de recursos financeiros e culturais em suas famílias (Nogueira, 2004; Ribeiro e Schlegel, 2015).

entre as profissões de ensino superior, mas que esse crescimento não significou acesso igualitário a todas as carreiras.

Diferenças de inserção profissional e segmentação do mercado

Lima e Prates (2015) examinaram as realizações educacionais, inserção ocupacional e rendimento de negros e brancos para investigar o efeito racial em condições semelhantes de classe. Os negros estão conseguindo ampliar sua participação no ensino superior e, entre aqueles que concluem o ensino superior, há diferenças significativas de inserção tanto em termos de ocupação quanto de carreiras. Prates e Silveira (2021) identificam que, a despeito da redução nos níveis de segregação ocupacional entre os profissionais do ensino superior desde 1960, o efeito da discriminação racial e de gênero ainda é fortemente pronunciado, favorecendo especialmente os homens brancos.

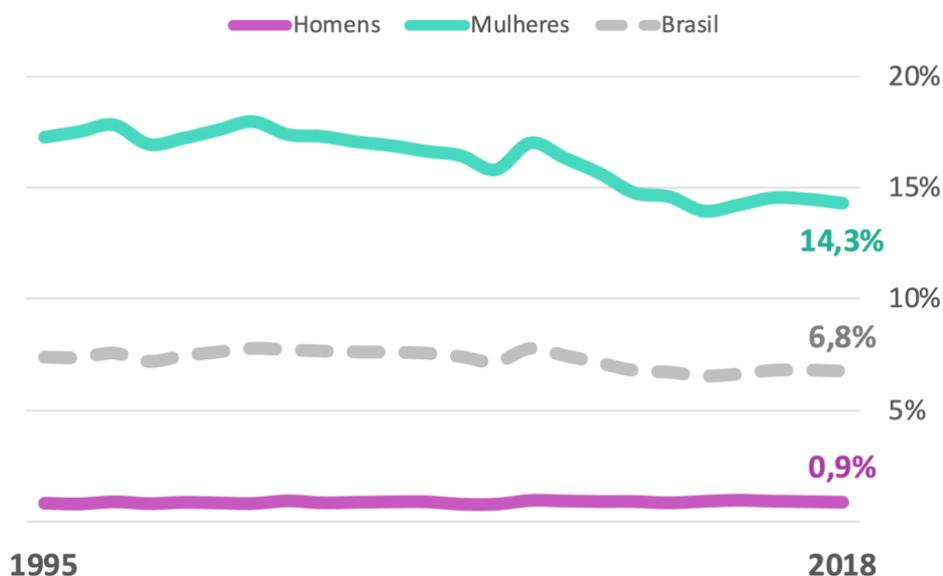
Outro aspecto importante para o entendimento das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro é a segmentação, ou seja, as características dos postos de trabalho (Barros e Mendonça, 1995). O mercado de trabalho brasileiro tem como característica uma forte concentração de atividades no setor de serviços, especialmente no comércio. Esse setor se destaca, sobretudo, pelo elevado grau de vulnerabilidade em termos de formalização, com aproximadamente metade de sua força de trabalho entre os informais.

No caso das desigualdades de gênero, estudos apontam há bastante tempo para a sobrerrepresentação de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, ao passo que homens negros estão fortemente concentrados na construção civil e nos serviços gerais (Lima, 2001, Hasenbalg et al., 1999; Lima et al., 2013). Em uma análise feita pelo núcleo Afro-Cebrap, identificamos que ainda em 2018 14,3% das mulheres que trabalharam o haviam feito no serviço doméstico, contra 0,9% dos homens (Gráfico 3).

Gráfico 3



Proporção de trabalhadores domésticos entre a população de homens, mulheres e todos os brasileiros que trabalharam no período de referência (mês de agosto)



Fonte: Pnad Anual (1995-2018). Elaboração própria.

Na primeira década deste século, houve uma queda expressiva do número de mulheres que se inserem nos serviços domésticos, em especial entre as mais jovens (Lima e Prates, 2019), embora essa ocupação ainda represente, sozinha, 6,6% do total de ocupados. Ambas as ocupações – emprego doméstico e construção civil – foram marcadas na pandemia por sua vulnerabilidade, seja em virtude de maior exposição ao contágio, seja pela destruição de postos de trabalho com a retração da atividade econômica.

O que a pandemia encontra no Brasil?

Entender o modo como a pandemia encontra o mercado de trabalho no Brasil é fundamental para analisar a reconfiguração das desigualdades e o efeito das medidas implementadas para mitigar suas consequências. Nesse quesito, há um consenso geral de que o quadro que antecede a pandemia já era suficientemente grave (Mattei e Heinen, 2020; Prates e

Barbosa, 2020): a taxa de desocupação em 2019 já estava em 11,8%, e a de subutilização da força de trabalho, em 24,3%².

Se a primeira década deste século foi marcada por transformações que reduziram as desigualdades raciais e de gênero, a crise que se abateu sobre a economia a partir de 2015 afetou de forma desproporcional esses grupos. O mesmo pode ser dito com relação à pobreza e à desigualdade, que voltaram a crescer no país desde então. Conforme aponta Barbosa, Ferreira de Souza e Soares (2020), os mais pobres continuavam perdendo, mesmo depois da tímida recuperação esboçada a partir de 2018. Paralelamente, a proteção social era relegada a um papel cada vez mais secundário, com redução de direitos sociais e cortes orçamentários.

Diante desse cenário, os impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho foram desastrosos. Menos de dois meses após as medidas de distanciamento social adotadas em março de 2020, mais de 1 milhão de postos de trabalho foram desfeitos somente no mercado formal, e outros 2 milhões no informal (Rede de Pesquisa Solidária, 14).

As estatísticas de desemprego não foram capazes de traduzir com precisão esse movimento. Ao impedir que as pessoas saíssem para procurar trabalho, a pandemia transformou potenciais desocupados em inativos. Como consequência, logo na primeira semana de maio, aproximadamente 19 milhões de pessoas desejavam trabalhar, mas estavam impedidas de procurar emprego (Prates e Barbosa, 2020a).

As consequências, contudo, afetaram grupos sociais de forma diferenciada. Negros, mulheres e idosos³ foram particularmente afetados – resultado que, a bem da verdade, não surpreendeu. A trajetória recente

² São considerados subutilizados os desocupados, os que trabalham menos de 40 horas e gostariam de trabalhar mais e pessoas que gostariam de trabalhar, mas não procuraram, ou procuraram, mas não estavam disponíveis para trabalhar no momento da pesquisa.

³ Para uma análise dos impactos da pandemia sobre os idosos no mercado de trabalho, ver Prates e Almeida, 2020.

já mostrava que negros e mulheres sofriam de forma desproporcional as consequências da crise iniciada em 2015.

Negros e, em especial, mulheres negras, se encontram em situações mais vulneráveis no mercado de trabalho em meio à pandemia

Com efeito, essa era uma tendência que a Rede de Pesquisa Solidária antecipou logo no início da pandemia. Negros e mulheres se encontravam em situações mais vulneráveis no mercado de trabalho, mulheres negras em especial. Afinal, a crise não somente desfez postos de trabalho. Desfez mais postos de trabalho em setores específicos e rompeu com maior intensidade os vínculos mais fragilizados, como os de autônomos e informais. Paralelamente, intensificou as perversas consequências da divisão sexual do trabalho, impondo uma sobrecarga ainda maior ao – já sobrecarregado – trabalho doméstico e de cuidado desempenhado por mulheres.

O choque

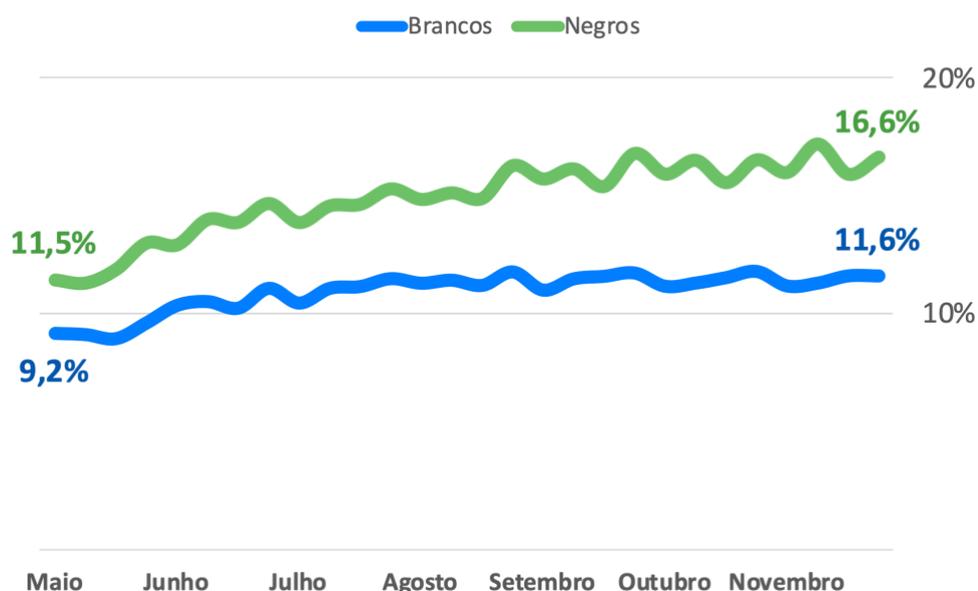
Muitos dos trabalhadores que perderam o emprego no início da pandemia não puderam continuar no mercado procurando trabalho. Esse foi um movimento inédito causado pela especificidade da pandemia, exigindo maior cautela na análise dos dados e dos indicadores que usualmente utilizamos para entender o cenário socioeconômico (Prates e Barbosa, 2020). Não por acaso, os dados da Pnad Covid de maio de 2020 apresentavam uma taxa de desemprego surpreendentemente baixa: apenas 9,6%, mas que, não surpreendentemente, saltava para 25,3% se incluíssemos na conta aqueles que *não procuraram trabalho por causa da pandemia*.

À medida que as políticas de distanciamento começaram a ser afrouxadas, as pessoas começaram a voltar para o mercado. Mas, num cenário de intensa retração da atividade econômica e fechamento de um volume significativo de estabelecimentos – especialmente aqueles de menor porte, que são os que mais empregam no Brasil –, o mercado não

deu conta de absorver esses trabalhadores. Dessa forma, a taxa de desocupação aberta, que era de 9,6% em maio, ficou em 14,2% em novembro.

Esse percentual já era maior entre os negros tanto antes quanto durante o início da pandemia. Contudo, o crescimento nas taxas de desocupação ao longo do ano de 2020 é consideravelmente maior entre os negros do que entre os brancos, como mostra o gráfico abaixo. Para os negros, o percentual salta de 11,45% para 16,63%, ao passo que para os brancos vai de 9,17% para 11,58%.

Gráfico 4 → Taxa de desocupação aberta por raça ou cor, ao longo da pandemia de Covid-19 no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Covid, de maio a novembro de 2020.

Esse dado revela não apenas que as pessoas negras foram mais afetadas pela crise desencadeada pela pandemia, mas, sobretudo, que a lenta recuperação que se esboça também é distinta para negros e brancos. Com efeito, o crescimento percentual de pessoas desocupadas foi de 27,6% entre os brancos (de aproximadamente 4 milhões em maio para 5,1 milhões de novembro) e de 46,2% entre os negros (de 6 milhões para 8,8 milhões no mesmo período).

Em síntese, o que esses dados mostram é que uma desigualdade racial no mercado de trabalho que já vinha se acentuando ao longo dos últimos anos não apenas se aprofundou no momento mais crítico da pandemia, mas continua se aprofundando, porque, à diferença do que poderiam esperar alguns, a onda não levanta igualmente todos os barcos. Ela levanta primeiro o barco dos brancos.

Por que isso acontece?

O impacto sobre os negros no mercado de trabalho é maior em especial por dois motivos que antecedem a pandemia, e que estão intimamente relacionados, mas são independentes. O primeiro, já largamente documentado e citado anteriormente, são as desigualdades educacionais, que se manifestam das mais variadas formas. As características educacionais da força de trabalho sempre foram um elemento central não somente para o acesso ao emprego, mas também para a qualidade dos vínculos e o rendimento. Por outro lado, mesmo quando os negros superam as barreiras educacionais, suas trajetórias ocupacionais são muito distintas. A essas desigualdades, combinam-se os mecanismos de discriminação que operam no cotidiano das relações sociais, afetando a competitividade das pessoas negras no mercado de trabalho de variadas formas (estratificação ocupacional, mobilidade social, retornos na renda).

No que concerne à qualidade dos vínculos, a informalidade acabou por sofrer impactos ainda mais pronunciados ao longo da pandemia. Por terem relações mais frágeis com o mercado, os trabalhadores informais estão mais sujeitos a demissões e a um elevado grau de rotatividade (contratações volumosas de trabalhadores de curto prazo, por parte das empresas, também conhecida como *turn over*). Da mesma forma, os autônomos estão mais sujeitos a ser impedidos de realizar suas atividades, como ocorreu em virtude das políticas de distanciamento social aplicadas

no Brasil, de firmar acordos de férias coletivas, como aqueles abertos pela MP-927, ou de ser contemplados com a manutenção do emprego com redução de jornada e salários, possibilidade aberta pelo Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.

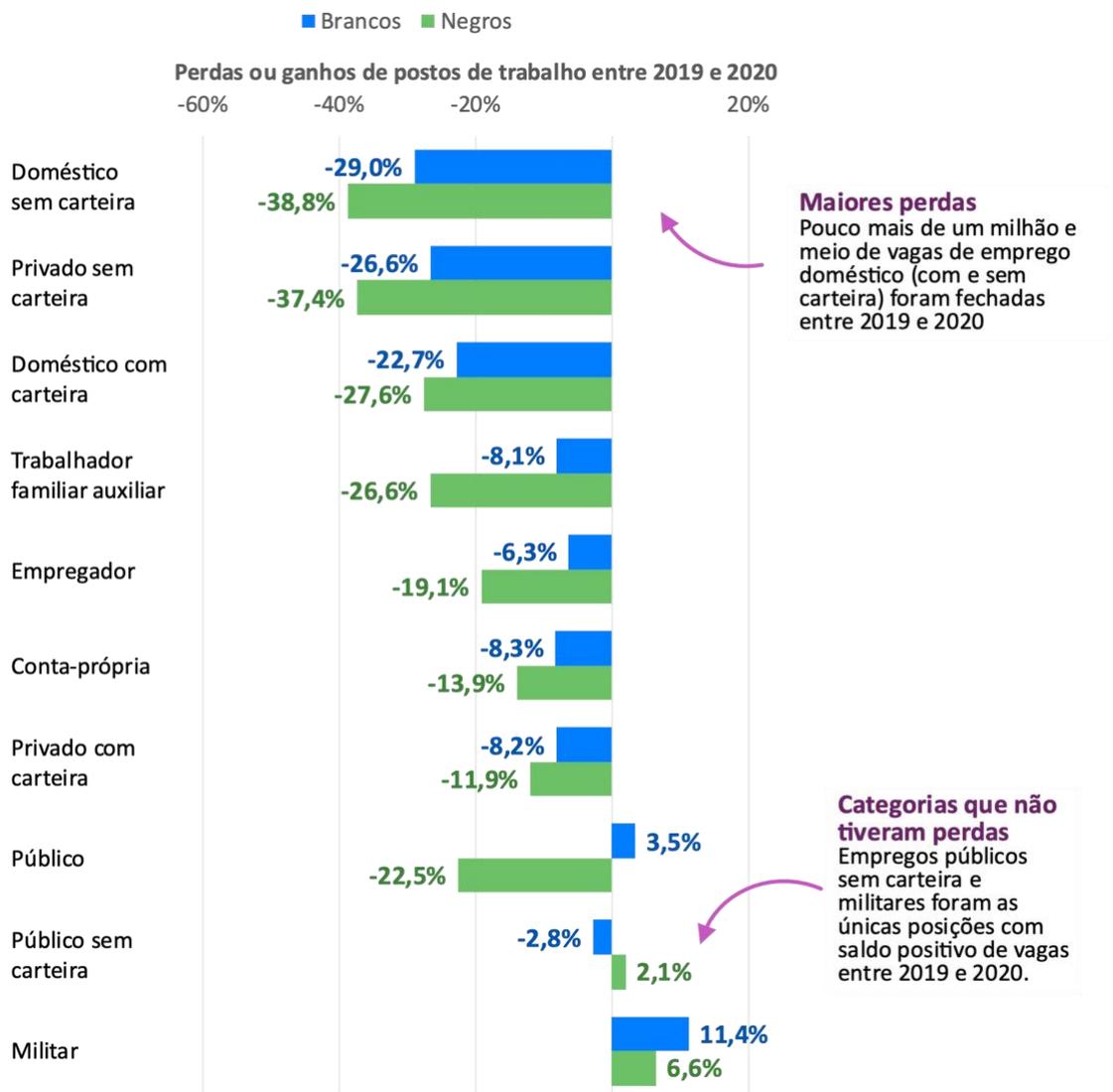
Negros estão desproporcionalmente representados entre o grupo de trabalhadores informais

Os negros estão desproporcionalmente representados entre o grupo de trabalhadores informais. Antes do início da pandemia, a taxa de informalidade era de 42,8% entre os negros e de 30,2% entre os brancos. Grupo particularmente afetado, autônomos e informais representavam 2 a cada 3 postos de trabalho desfeitos no início da pandemia. Os dados obtidos na Pnad Contínua Trimestral do IBGE mostram um resultado assustador quando se compara o mercado de trabalho de novembro de 2019 a janeiro de 2020 com aquele em fevereiro a abril de 2020: foram 3 milhões de postos de trabalho fechados, sendo 2 milhões informais e 1 milhão formais.

O impacto diferencial sobre os negros também vai além da dicotomia formal/informal. O gráfico abaixo apresenta a redução percentual no volume de pessoas ocupadas segundo posição na ocupação e categoria de emprego. Em todos os casos, a diferença é bastante significativa, mas alguns números são especialmente ilustrativos das desigualdades raciais. No mercado privado sem carteira, são 37,4% a menos de trabalhadores negros e 26,6% a menos de trabalhadores brancos em 2020 em comparação a 2019. Entre os domésticos sem carteira, são 38,8% e 29,0%, respectivamente. Entre os empregadores, 19,1% contra 6,3%. Esse último número, em especial, mostra que, mesmo entre aqueles que são donos de estabelecimento, o grau de estabilidade entre os negros é significativamente menor – vale notar que, entre os empregadores, em 2019, 71,5% dos negros tinham estabelecimento com até 5 empregados, percentual que é de 54,3% para os brancos. Na outra extremidade, são 20,0% de brancos com estabelecimentos maiores que 50 pessoas, contra 12,3% dos negros.

Por fim, cabe destaque às duas posições de maior estabilidade: i) funcionários públicos com carteira; ii) militares e estatutários. No primeiro caso, houve uma significativa redução de trabalhadores negros, demonstrando que a redução da força de trabalho do funcionalismo público não estatutário os afetou com intensidade (redução de 22,5% contra um aumento de 3,5% entre os brancos). Entre os militares, embora o volume de postos tenha crescido para ambos os grupos, o crescimento entre os brancos foi sensivelmente superior (11,4% contra 6,6%).

Gráfico 5 → Redução percentual no volume de postos de trabalho (2019-2020)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Contínua Trimestral, segundos semestres de 2019 e 2020.

Poder-se-ia argumentar que a pandemia apenas atingiu os negros antecipadamente. E que posteriormente os brancos também foram afetados, “igualando o desastre”. Isso, contudo, não é verdade. A variação entre o 2º e o 3º semestre de 2020, quando as políticas de distanciamento já estavam mais frouxas e o mercado começava a dar tímidos sinais de recuperação, mostra que a variação no volume de empregos é quase nula para ambos os grupos (menos de 1%). Melhor dizendo, o fundo do poço mesmo foram os meses de março a maio, que apresentaram o cenário mais dramático para os negros.

Os efeitos da inatividade forçada pela pandemia

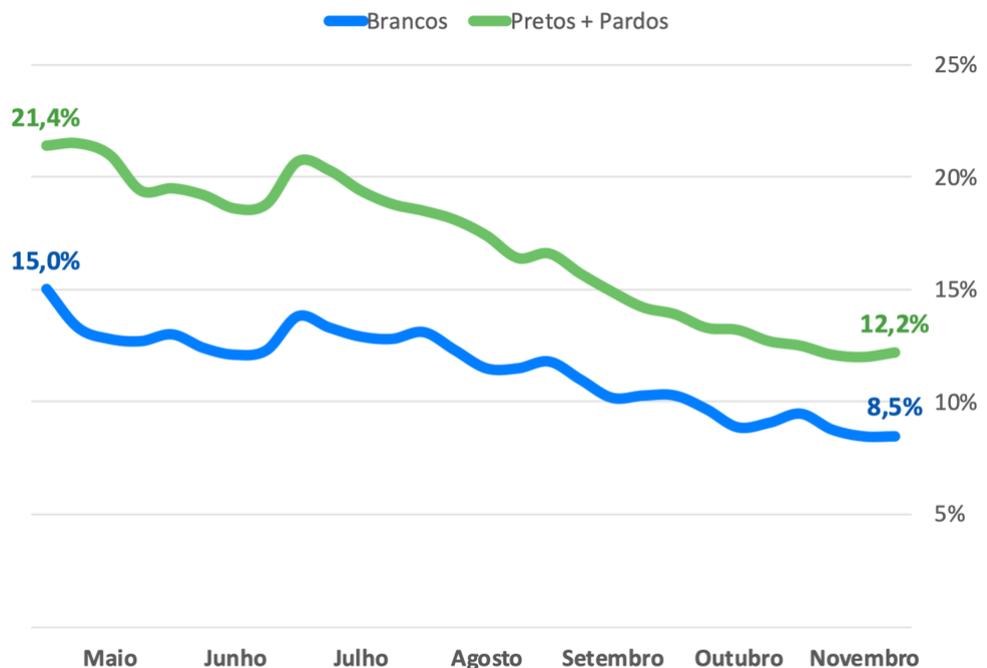
A pandemia colocou, forçadamente, milhões de trabalhadores na inatividade. Como já destacamos, pela primeira vez na história mais da metade da população em idade de trabalhar estava fora do mercado de trabalho. Mas ainda nesse ponto as desigualdades raciais também se fizeram presentes. Os três gráficos abaixo apresentam o percentual de pessoas que: i) não procuraram trabalho devido à pandemia; ii) não procuraram trabalho porque não tinha trabalho na localidade; iii) não procuraram trabalho porque não queriam trabalhar ou estavam aposentadas.

Os resultados são elucidativos, e colocam em evidência que a própria procura por trabalho é estratificada (Guimarães, Barbosa e Carvalhaes, 2012)⁴. Entre os negros, os que não procuraram trabalho devido à pandemia são 21,4% da **força de trabalho** no início do período, valor que cai para 12,2% em novembro; entre os brancos, a proporção se iniciou em 15% e finalizou em 8,5%. Vale lembrar que a internet, meio “ideal” para se procurar trabalho durante a pandemia, uma vez que evita

⁴ Disponível em: <<http://ceres.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/05/Desigualdades-ocupacionais-e-acesso-a-informa%C3%A7%C3%B5es-sobre-oportunidades-de-emprego-Nadva-Guimar%C3%A3es-et-al-2012.pdf>>.

o contato físico, é acessível apenas para a população conectada e com habilidades digitais suficientes para utilizá-la profissionalmente. Estas duas características estão longe de ser universalizadas e afetam particularmente os mais pobres e os menos escolarizados, grupos onde os negros estão desproporcionalmente representados. Justamente por isso, a não procura de trabalho por causa da pandemia reduz-se em maior intensidade entre os negros do que entre brancos à medida que as medidas são afrouxadas. Entre maio e novembro de 2020, a proporção de pessoas negras nessas condições esteve sempre acima da de pessoas brancas.

Gráfico 6 → Entre os brasileiros que estavam na força de trabalho, quantos não procuraram trabalho por causa da pandemia, por raça ou cor, entre maio e novembro de 2020

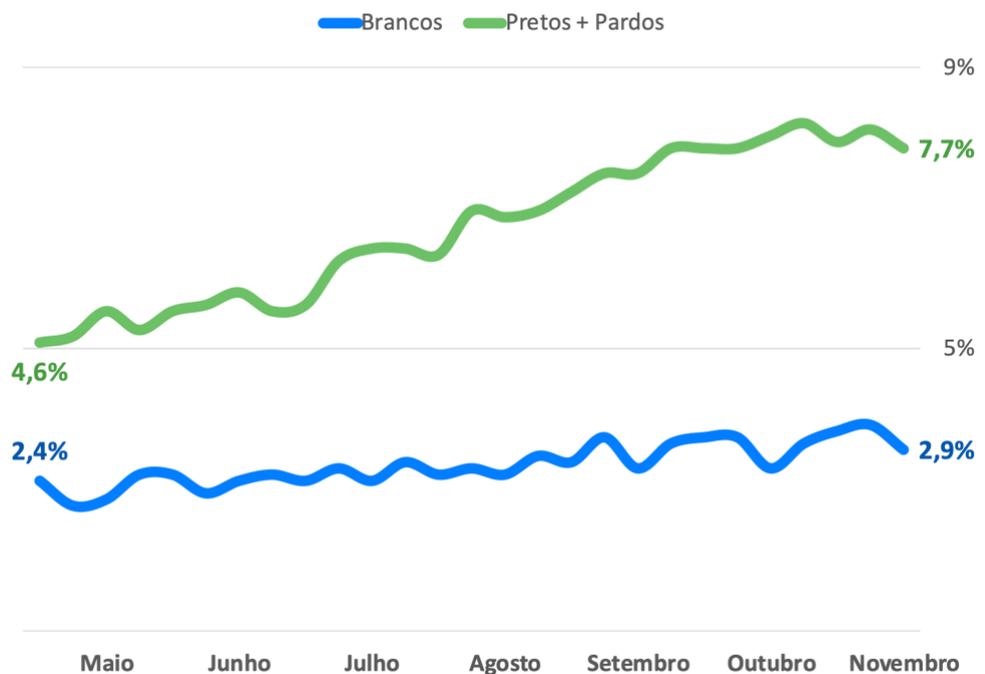


Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Covid, de maio a novembro de 2020.

Paralelamente, podemos observar tendência semelhante no caso da não procura de trabalho devido à ausência de vagas no local de moradia. Maior entre os negros no início da pandemia (4,6% contra 2,1% entre brancos), a diferença cresce no período, chegando a 7,7% entre negros e 2,9% entre brancos em novembro (ver Gráfico 4). Em especial, esse

resultado reflete não apenas a desigualdade de recursos, que são sobretudo educacionais e relacionais, mas também o efeito da desigualdade territorial⁵. Raça, classe e território são dimensões que se sobrepõem na configuração das desigualdades, resultando num expressivo processo de segregação residencial. Se a pandemia restringiu a circulação das pessoas, a busca pelo trabalho na localidade pode ter se configurado como uma estratégia imediata para recolocação na força de trabalho. As distintas condições de moradia de negros e brancos e a presença/ausência de vulnerabilidades nos seus territórios contribuem para esses diferenciais, que se estão maiores com o avanço da pandemia.

Gráfico 7 → Entre os brasileiros que não procuraram trabalho, quantos não o fizeram pela falta de trabalho na localidade, por raça ou cor, entre maio e novembro de 2020



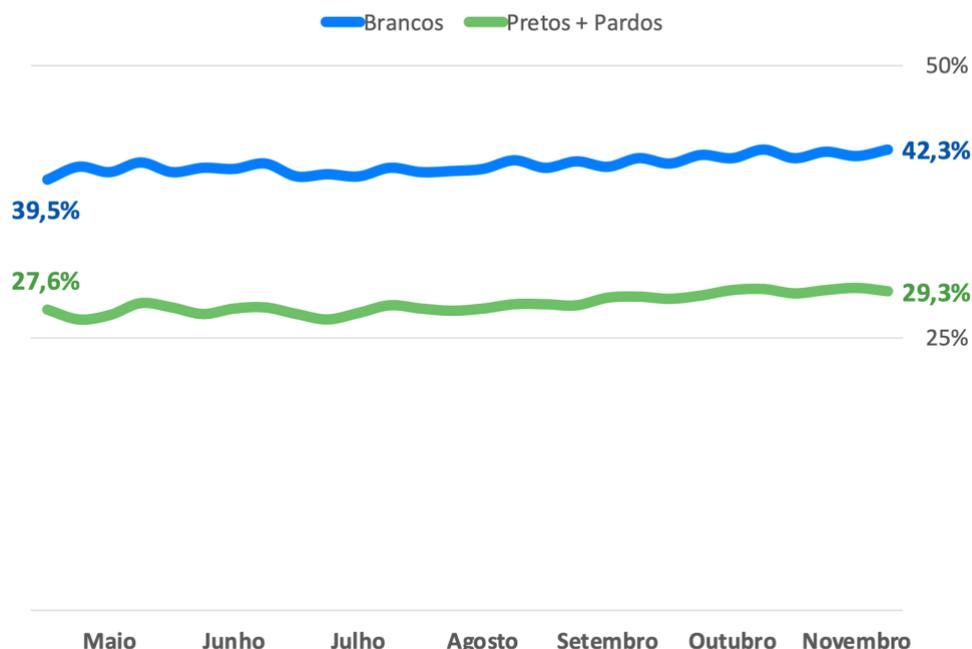
Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Covid, de maio a novembro de 2020.

Por outro lado, uma tendência contrária é verificada pelas opções sobre não procurar trabalhar por escolha voluntária ou porque a condição de aposentado e pensionista permite. Entre brancos, o percentual que não procurou trabalho por tais motivos se manteve constante, em aprox. 40%

⁵ Sobre desigualdades territoriais e Covid-19, veja o [Informativo 2](#) do Afro/Cebrap.

ao longo de todo o período, ao passo que para negros não se modificou, mas teve valor substancialmente inferior: perto dos 28% (ver Gráfico 8).

Gráfico 8 → Entre os brasileiros que não procuraram trabalho, quantos não o fizeram por estarem aposentados ou não quererem trabalhar, por raça ou cor, entre maio e novembro de 2020



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Covid, de maio a novembro de 2020.

Teletrabalho: privilégio para uns (mais do que para outros)

Se ao longo da pandemia alguns foram obrigados a ficar em casa sem trabalho, outros nela permaneceram devido ao privilégio de poder trabalhar à distância. Esse privilégio está associado à natureza das atividades que podem ser realizadas remotamente, e os setores de educação, financeiro, de atividades ligadas às profissões liberais e da administração pública são aqueles onde o home-office mais esteve presente (Prates, Lima e Jardim, 2020)⁶. São setores em que os níveis educacionais dos trabalhadores são consideravelmente mais elevados. Com efeito, entre todas as pessoas que estavam em home-office no mês

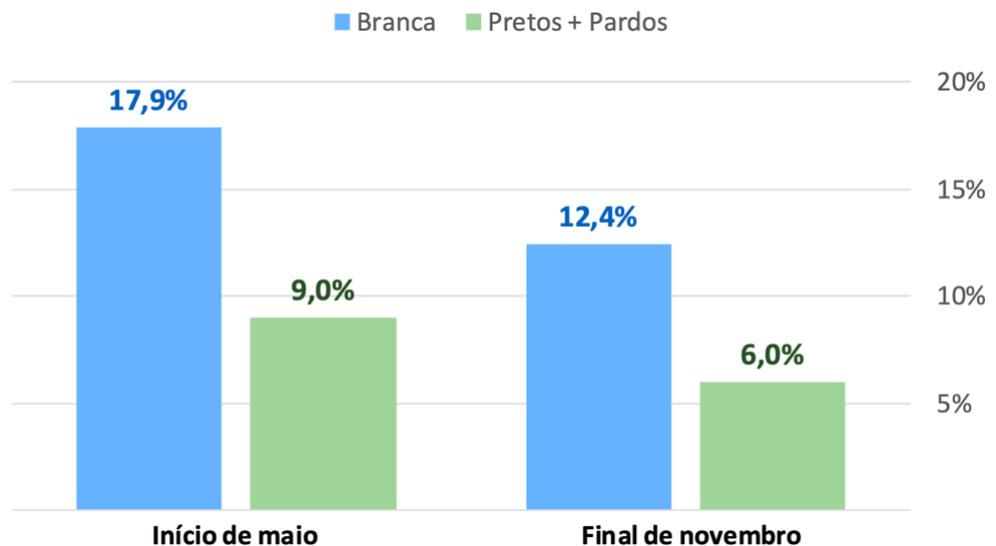
⁶ Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/debate/2020/Trabalho-na-pandemia-velhas-clivagens-de-ra%C3%A7a-e-g%C3%AAnero>>.

de maio, quase 3 em cada 4 tinham diploma de ensino superior. A maioria dos restantes tinha pelo menos o ensino médio.

Justamente por isso, o exercício do home-office evidencia a histórica desigualdade racial ao longo das trajetórias educacionais. Embora o percentual de pessoas negras e brancas com ensino superior em situação de home-office seja muito semelhante (39,7% e 34,3%, respectivamente), o percentual de trabalhadores brancos com diploma de ensino superior (33,5%) é o dobro do de trabalhadores negros (16,6%).

Mas há mais do que isso. O Gráfico 9 a seguir apresenta a contraintuitiva tendência do teletrabalho entre maio e novembro. Ao longo da pandemia, embora o percentual de brancos em teletrabalho ainda seja maior do que o de negros, a queda entre os primeiros é mais pronunciada (de 17,9% para 12,4%, contra 9,0% para 6,0%), sugerindo que os brancos voltaram para o trabalho presencial mais rapidamente.

Gráfico 9 → Proporção de trabalhadores brancos e negros que estavam realizando alguma modalidade de trabalho remoto (home office), nos meses de maio e novembro de 2020

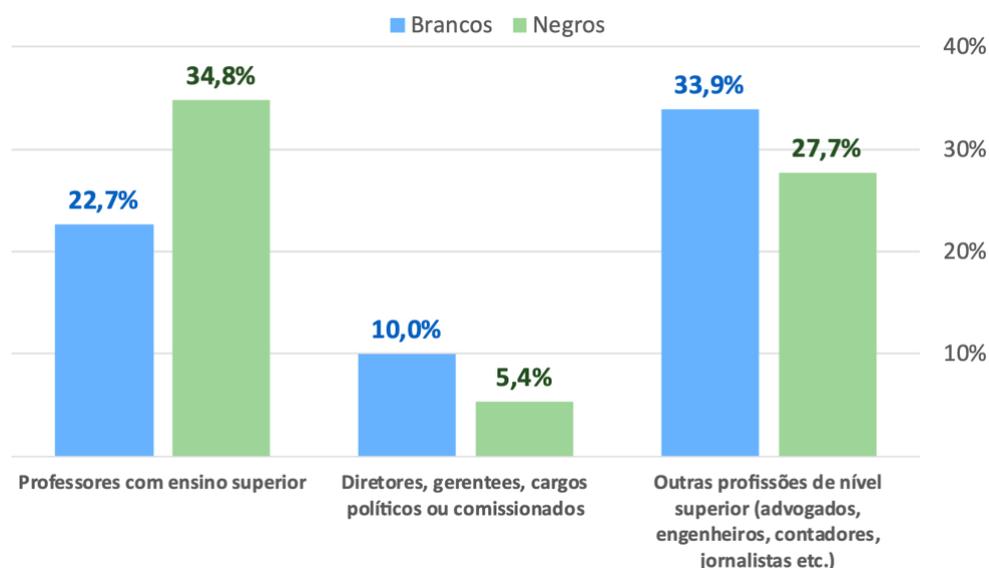


Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Covid, de maio e novembro de 2020, IBGE.

Isso é verdade, mas não devido a uma espécie de privilégio vivenciado pelos negros. Antes disso, essa tendência é o resultado de um processo de estratificação horizontal do ensino superior, que leva a uma

segregação de diplomas e, conseqüentemente, ocupacional. Quando comparados aos brancos, os negros em teletrabalho são, na sua maioria, professores (Gráfico 10). Já os brancos estão, em maior proporção, em ocupações de diretoria, gerência e entre os profissionais liberais. A menor queda entre os negros deve-se, sobretudo, ao fechamento das escolas.

Gráfico 10 → Entre brancos e entre negros que estavam em trabalho remoto (Home office), quantos pertencem a quais profissões



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Covid, de maio a novembro de 2020.

Também não surpreende que a renda média do trabalho dos negros (R\$ 4.088,00) com ensino superior em home-office fosse 36% inferior à dos brancos na mesma situação (R\$ 5.560,00).

Cuidado e exclusão – a pandemia e a interseccionalidade entre raça e gênero

Os efeitos da pandemia sobre as mulheres no mercado de trabalho podem ser vistos a partir de dois mecanismos distintos. Por um lado, porque ela acabou por intensificar a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidar de familiares executado sem remuneração alguma, sobretudo dentro dos domicílios. Por outro, porque as mulheres se encontravam

desproporcionalmente inseridas em setores particularmente afetados pela retração da atividade econômica e pelas políticas de distanciamento social, em razão de um processo histórico de segregação ocupacional.

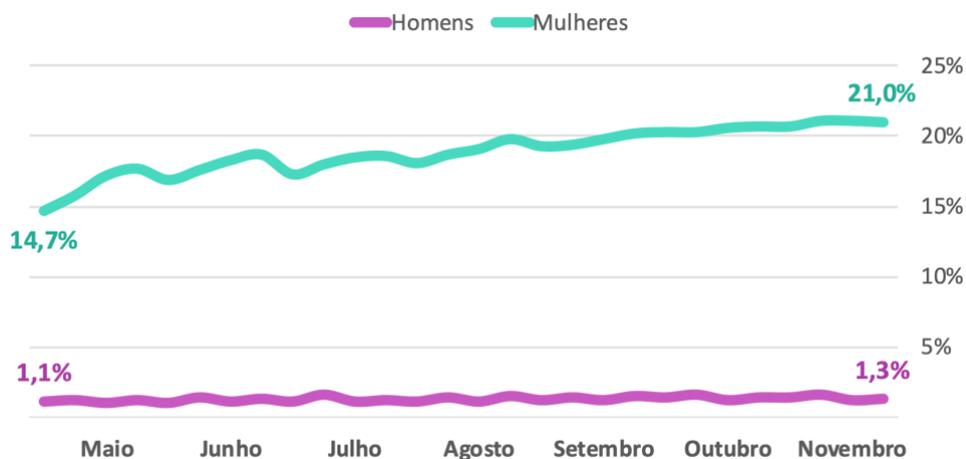
O Gráfico 11 abaixo deixa bastante claro que cuidar da casa e dos familiares é um motivo citado muito mais pelas mulheres do que pelos homens para deixarem de trabalhar e procurarem emprego. O que mais chama atenção, contudo, é como a tendência de crescimento sistemático acontece somente entre as mulheres, cujo percentual salta de 14,7% para 21,0%. Para os homens, a situação praticamente não se altera.

A interface entre raça, gênero e classe novamente delinea quem, no momento da pandemia, se envolve com os afazeres domésticos, com o cuidado dos idosos e dos doentes que saem do mercado de trabalho. Ela também define em que condições e com que rede de apoio essas atividades serão exercidas.

Os dados de pesquisa realizada pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF)⁷ trazem detalhes interessantes para esses achados. Eles mostram que 50,0% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém ao longo da pandemia. Do total daquelas responsáveis pelo cuidado, 42% o fazem sem apoio de alguém de fora do núcleo familiar. As mulheres negras declararam ter menos apoio externo (54% dos casos). Das que possuem apoio externo (32,4%), as negras (55,5%) são maioria entre as que buscam esse apoio entre redes de relacionamento mais próximas, como parentes e vizinhos, ao passo que as brancas (52,4%) são maioria nas que contam com apoio institucionalizado (creches e casas de idosos) (SOF, p. 31).

⁷ Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf>.

Gráfico 11 → Entre os brasileiros que não procuraram trabalho, quantos não o fizeram por ter de cuidar de afazeres domésticos ou parentes, por sexo, entre maio e novembro de 2020



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Covid, de maio a novembro de 2020.

Entre os inativos, o outro extremo do mercado de trabalho, continuam a se reproduzir as históricas desigualdades de gênero e a associação da mulher aos papéis de cuidado. A desigual divisão das responsabilidades de cuidar dos membros da família e sobre os afazeres domésticos se intensifica nesse momento, aumentando a proporção de mulheres que não procuraram trabalho porque tiveram de “cuidar dos afazeres domésticos ou de parentes” e essa proporção se mantendo inalterada para os homens.

Se, por um lado, as mulheres passaram a realizar mais trabalho de cuidado, por outro, elas também foram particularmente afetadas pelo fechamento de postos no mercado de trabalho. As mulheres estão em maior medida inseridas nos setores econômicos classificados como “não essenciais” logo no início da pandemia, como o comércio, os serviços domésticos, a hotelaria, as ocupações do cuidado e os serviços pessoais. Por isso, o maior motivo de exclusão das mulheres do mercado de trabalho durante a pandemia foi a segregação ocupacional e setorial, enquanto entre os negros a exclusão se deu pela informalidade.

Mas também é possível observar o modo como a clivagem racial se combina com a de gênero. A tabela abaixo apresenta os setores

econômicos com maior redução percentual no volume de postos de trabalho durante a pandemia, comparando os dados de março a abril de 2020 com o mesmo período de 2019 (incluímos os setores com redução superior a 1,0%). Quando comparados com 2019, os dois mais afetados foram (a) Alojamento e alimentação e (b) Serviços domésticos, com redução de aproximadamente 25,0%. Esses setores, majoritariamente femininos, são também majoritariamente negros. A proporção de mulheres nas atividades de alojamento e alimentação era 22,5% superior à proporção em todo o mercado de trabalho, e havia 9,8% mais negros nessa atividade que entre todos os ocupados. Nos serviços domésticos, a representação de mulheres era 102% maior, pouco mais do dobro, e a de negros era 22,5% superior à do mercado de trabalho geral.

Veja-se que o único setor com maioria de brancos foi o de “Artes, cultura, esporte e recreação, além da Indústria de transformação. Ambos são também majoritariamente masculinos. Cabe notar, contudo, que o setor da Indústria de transformação está entre aqueles com maiores índices de formalização e menor rotatividade, o que aumenta as chances de acesso ao seguro-desemprego. O contrário, contudo, ocorre no setor de Artes, cultura, esporte e recreação, cujas taxas de formalização são muito baixas e cuja rotatividade é elevada. Mais especificamente, os subsetores das artes e da cultura foram contemplados com benefícios da Lei Aldir Blanc, que destinou 3 bilhões de reais para trabalhadores informais do setor e à manutenção dos espaços culturais.

Tabela 1

→ Setores econômicos com maior redução percentual no volume de postos de trabalho entre 2019 e a pandemia, e os diferentes níveis de sub e sobre representação de negros e mulheres

A proporção de mulheres nos serviços domésticos é o dobro do que em todo o mercado de trabalho.

SETOR	REDUÇÃO NO VOLUME DE POSTOS (2019-2020)	SOBREREPRESENTAÇÃO NO SETOR EM RELAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO	
		MULHERES	NEGROS
Alojamento e alimentação	-26.1%	+22.5%	+9.8%
Serviços domésticos	-24.7%	+102.0%	+22.5%
Artes, cultura, esporte e recreação	-23.1%	-12.5%	-10.9%
Construção civil	-19.4%	-91.7%	+18.3%
Outros serviços	-16.1%	+37.2%	+2.6%
Comércio e reparação	-13.0%	-5.3%	-0.1%
Eletricidade e gás	-12.1%	-49.7%	+9.6%
Indústria de transformação	-11.1%	-19.3%	-8.8%
Administração e serviços complementares	-8.5%	-16.6%	+8.4%
Agricultura	-8.0%	-55.0%	+13.7%
Atividades financeiras	-6.2%	+3.4%	-41.6%

A construção civil é o setor com a menor representação feminina dentre todos os estudados.

A diversidade racial no setor financeiro é bem menor que em outros setores: sua proporção de negros é muito inferior.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Contínua Trimestral, segundos semestres de 2019 e 2020.

Ao fim e ao cabo, o que a Tabela 1 acima mostra é o modo como a crise do mercado de trabalho desencadeada pela pandemia afetou homens, mulheres, brancas(os) e negras(os) de maneira desigual. Dos 11 setores significativamente afetados, 7 são majoritariamente masculinos, embora entre os 5 mais afetados 3 sejam majoritariamente femininos; 7 são majoritariamente negros (sendo 4 entre os 5 mais afetados), 1 é “neutro” e apenas dois são majoritariamente brancos.

O que acontece com o fim do auxílio emergencial?

O caráter temporário do auxílio, ao alterar subitamente a renda das famílias – especialmente aquelas localizadas na base da distribuição de renda –, levou a um cenário artificial de redução da pobreza

A Renda Básica Emergencial abrangeu um total de aproximadamente 70 milhões de beneficiários, fornecendo uma renda temporária no momento mais crítico da pandemia. No total, foram 6 parcelas: três de R\$ 600 e as demais da metade do valor (R\$ 300). No início da pandemia, quando as medidas de isolamento estavam mais restritas e o impacto sobre o mercado de trabalho se fazia sentir com maior intensidade, estima-se que ela tenha evitado que aproximadamente 25 milhões de pessoas vivenciassem situação de pobreza, o que elevaria a taxa de pobreza de 18% para 30% (Prates e Barbosa, Boletim 14).

O caráter temporário do auxílio, ao alterar subitamente a renda das famílias – especialmente aquelas localizadas na base da distribuição de renda –, levou a um cenário artificial de redução da pobreza. Como já haviam destacado Prates e Barbosa (2020a), o foco do programa nunca foi combater desigualdades estruturais e as diversas formas de privação vivenciadas pelos mais pobres (moradia inadequada, menor acesso a serviços públicos de qualidade como saúde, educação, transporte e segurança pública). Ademais, ele não evitava outras consequências negativas da pandemia que afetam desproporcionalmente os mais pobres, em especial maior probabilidade de contágio e mortalidade.

Por se direcionar aos mais pobres, o Auxílio Emergencial incorpora uma maior quantidade de negros do que de brancos. Afinal, a pobreza no Brasil sempre foi majoritariamente negra. Na base da distribuição, entre os 10% mais pobres, a relação é de 3 negros para 1 branco, e 65% dos quase 70 milhões de beneficiários do Auxílio Emergencial são negros, num país em que o percentual da população que é negra é 55%.

Justamente por isso, o Auxílio Emergencial teve um impacto relativo sobre a renda das famílias negras maior do que sobre a das famílias brancas. Mas o contrário também é verdadeiro: o fim do auxílio voltará a colocar milhões de pessoas na pobreza, na sua maioria negras. Além disso, como o impacto sobre o mercado de trabalho tem atingido os negros de forma desproporcional, um novo cenário sem Auxílio Emergencial certamente será ainda mais prejudicial aos negros.

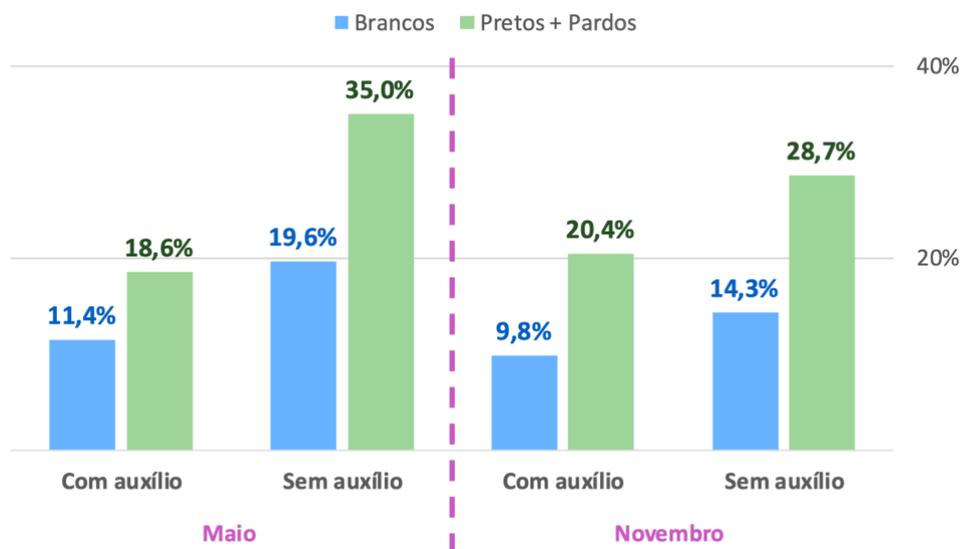
No início da pandemia, conforme demonstra o Gráfico 12 a seguir, a taxa de pobreza era de 11,4% entre os brancos e de 18,6% entre os negros. Sem o auxílio, esses valores seriam de 19,6% e 35,0%, respectivamente, o que implicaria um aumento de 88% na taxa de pobreza de negros e de 72% entre brancos. No mês de novembro, quando o mercado de trabalho já dava algum sinal de recuperação e havia a redução do valor do auxílio para R\$ 300, as taxas de pobreza se reduziram sensivelmente: 9,8% para brancos e 20,4% para negros, valores que seriam de 14,3% e 28,7% sem o benefício.

Com ou sem auxílio e durante todo o período, os negros representaram aproximadamente 70,0% das pessoas em situação de pobreza. Contudo, mais preocupante que isso foi a perspectiva do fim do

...e as consequências de uma pandemia ainda descontrolada, e de um mercado de trabalho extremamente fragilizado, deixam aproximadamente 10,6 milhões de brasileiros vivendo em famílias sem nenhuma renda

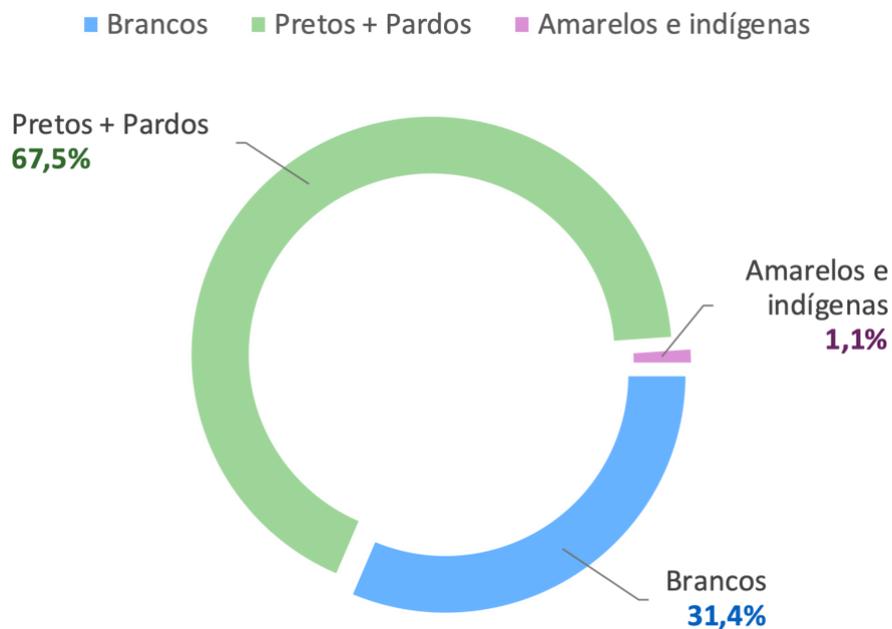
auxílio em 2021. Não apenas a taxa de pobreza volta a patamares da década de 1990, mas as consequências de uma pandemia ainda descontrolada e de um mercado de trabalho extremamente fragilizado deixam aproximadamente 10,6 milhões de brasileiros vivendo em famílias sem nenhuma renda, já que dependem única e exclusivamente do Auxílio Emergencial, de acordo com o Gráfico 13 logo abaixo. Isso representa pouco mais de 5,0% da população brasileira completamente desassistida, dos quais 67% (7,2 milhões) são negros.

Gráfico 12 → Taxa de pobreza na população geral, com e sem auxílio emergencial, por raça/cor, em maio e novembro de 2020



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Covid, de maio a novembro de 2020.

Gráfico 13 → Composição racial de toda população cuja renda foi apenas a Renda Básica Emergencial nalgum momento entre maio e novembro de 2020.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pela Pnad Covid, de maio a novembro de 2020.

Estimulando a intervenção e identificando ações

As medidas listadas abaixo revelam quão ínfimas foram as ações federais e estaduais sobre o tema, e ressaltam a importância de intervenções próprias que foram realizadas por diversas organizações e atores da sociedade civil – ONGs, empresas, movimentos sociais, coletivos e outros.

No entanto, mesmo juntos, tais atores não podem ser os únicos responsáveis por sanar, sozinhos, um problema que merece atenção governamental e investidas institucionais com abrangência nacional. Apesar de positivas, as medidas apenas reforçam que a sociedade civil tem se organizado para lidar, por conta própria, com um vácuo de ações do governo, que ignora a realidade de pessoas negras e de pessoas informais – como, por exemplo, ao não manter o [auxílio emergencial](#), aprimorar programas existentes ou desenvolver novos programas de renda básica durante a pandemia.

É preciso pensar, portanto, em como cobrar ações mais específicas voltadas para a realidade de mulheres e homens negros que têm atuado, sobretudo, na informalidade: de faxineiras a entregadores de *apps*, aos que atuam na formalidade e, também, àqueles que estão desempregados, [maioritariamente](#) negros. Destacam-se, então, as seguintes medidas:

Abrangência municipal

- Apesar de alvo de críticas e ações judiciais (que não prosseguiram e foram rejeitadas), o programa de Trainee do Magazine Luíza destinado a candidatos negros, criado em meados de setembro de 2020, teve grande sucesso, tendo inclusive dobrado o número de contratados mesmo após ameaças e ataques recebidos.

- Em julho de 2020, entregadores de aplicativos começaram a desenvolver uma cooperativa para substituir, gradualmente, os grandes

Diante da pouquíssima ação do Governo Federal, iniciativas de organizações da sociedade civil, investimentos privados e programas de trainee ou capacitação dedicados a candidatos negros, promovidos por empresas privadas, vêm fazendo alguma diferença – como o tão criticado projeto da Magazine Luíza

apps, como iFood, Rappi e UberEats, que precarizam ainda mais seu trabalho. O projeto, idealizado pela estudante e entregadora Eduarda Alberto, passou a contar com a ajuda de advogados, programadores e outros profissionais. Enquanto ainda era construído, Aline Rieira, mulher negra, também desenvolvia um serviço de entregas feito somente por mulheres e LGBTQs, o “Señoritas Courier”, e divulgava seu grupo nas redes sociais, visando promover trabalhos mais humanizados para entregadores associados e clientes.

Além desse, outros grupos e apps próprios surgiram, sobretudo nas periferias, para suprir os cuidados que os entregadores não tinham em grandes plataformas, como atenção à sua alimentação, tentativas de proteção contra exposição ao vírus, segurança, locais de higienização e outros tópicos vitais que acabam sendo negligenciados, precarizando ainda mais os trabalhadores.

Abrangência estadual

- Durante a pandemia, o projeto Costurando Sonhos para Protagonizar o Amanhã, desenvolvido pelo Sempre Mulher – Instituto de Pesquisa e Intervenções sobre Relações Raciais (RS), continuou atuando para aprimorar habilidades técnicas, no mundo da costura, visando a inserção de mulheres negras no mercado, principalmente por meio do oferecimento de oficinas. Apesar de ter tido informações de seu trabalho publicadas no site do [Fundo Baobá](#), o projeto vem contando com o apoio de [financiamentos coletivos](#) na internet.

Abrangência nacional

- O Facebook, a Feira Preta, Diaspora-Black, Afrobusiness e Pretahub lançaram, em setembro de 2020, a terceira edição do [Afrohub](#), uma plataforma gratuita de capacitação de empreendedores negros. O

programa envolve gestão, finanças, vendas, comunicação e outros tópicos que instigam a transformação digital e a inserção no mercado de trabalho.

- O projeto Afrorica\$, de Geórgia Barbosa e Gabriella Safe (Coletivo Ecoar – DF), voltado para a difusão, via material audiovisual, de conhecimentos para o desenvolvimento de mulheres negras no mercado de trabalho, continuou atuando, sobretudo na esfera virtual, para promover a equidade racial no mercado profissional.

- Amanda Dias, do Grana Preta, também auxilia mulheres negras a entender quanto devem [cobrar](#) pelos seus trabalhos, além de explicar finanças, organização, investimento e economia de modo mais descomplicado, sempre seguindo o mote "educação financeira para emancipar". Durante a pandemia, os conteúdos virtuais publicados por seu perfil no [Instagram](#) também enfatizaram os desafios da pandemia para essas populações.

- O [Movimento Black Money](#), em novembro de 2020, passou a investir em marketplace com aproximadamente 500 negócios fundados por pessoas negras. Enquanto fintech com máquina de cartões própria (chamada Pretinha), também pretende lançar cartão de crédito neste ano, 2021.

- O Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveram, juntos, o evento "[Afro Presença](#)", voltado para a inclusão de negros e negras universitários no mercado, com encontros virtuais de setembro a outubro de 2020. Além de oferecer 400 vagas de emprego em inúmeras áreas, a iniciativa também visou oferecer oficinas de capacitação e discussões sobre racismo estrutural e institucional, efeitos da pandemia nas populações negras, ações afirmativas e outros. Dentre seus parceiros, estavam diversas organizações da sociedade civil negras, como Educafro, Geledés,

Movimento Negro Unificado, Uneafro Brasil e Unegro. Dentre os apoiadores, também: Black Influence, Empregue Afro e outros.

Abrangência internacional

- Ainda em 2019, a Coalizão Negra por Direitos já havia [denunciado](#) retrocessos e negligências federais à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, principalmente diante de políticas ultraliberais que mantêm e intensificam negros em camadas menos favorecidas da sociedade. Apesar disso, em [abril de 2020](#), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) continuou projetando grandes contingentes de desempregados pelo mundo, o que se comprovou ser verdade, sobretudo entre pessoas negras e periféricas. Mesmo com o Auxílio Emergencial, negros e informais ainda foram os mais afetados pela pandemia.

O que saiu na mídia sobre raça, covid-19 e mercado de trabalho?

Em um clipping próprio do projeto “Desigualdades raciais e Covid-19” (Afro/Cebrap), foram coletadas, de abril a 31 de novembro de 2020, 2.190 notícias de jornais, revistas e portais de notícias eletrônicos, em que 420 versavam sobre mercado de trabalho, Covid-19 e raça.

Ainda em [abril](#), já se comentava que trabalhadores negros seriam os mais afetados pela crise provocada pela pandemia. Também era sabido, em [maio](#), que a desigualdade salarial entre negros e brancos havia aumentado – tendo alcançado, aliás, o maior patamar desde 2016.

Paralelamente, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, ciganos e outras comunidades tradicionais que dependiam essencialmente da agricultura familiar, da [pesca](#) e de outras produções [artesaniais](#) também sofreram, assim como aqueles que dependiam do auxílio decorrente da [Tragédia de Mariana](#), que, em julho, foi cortado.

Mesmo quando mulheres negras lideram o sequenciamento genético da covid-19 no país, estas ainda precisam lidar com desafios maiores na ciência e na academia durante a pandemia, sobretudo quando já têm filhos

Além disso, na [base da pirâmide social](#), estavam e permanecem as mulheres negras. Logo em abril, emergiram matérias sobre o trabalho [doméstico](#), o papel social e o cuidado integral de mulheres durante o isolamento social, sobretudo [negras](#). Nesse sentido, é impossível descartar a exposição de empregadas domésticas, que, inclusive, foram consideradas como “[essenciais](#)” em Belém, contrariando o entendimento do [restante](#) do país. A morte de Miguel, filho de uma [empregada doméstica](#), expôs as [desigualdades](#) que a categoria, majoritariamente negra, enfrenta. Sua [vulnerabilidade](#) acentuada em trabalho presencial, seu [acúmulo](#) de funções, a possibilidade de terem seu [FGTS](#) adiantado, casos de [abuso](#) e assédio, a necessidade de criarem grupos no [WhatsApp](#) para se informarem sobre seus direitos, o baixo índice de [carteiras assinadas](#), assim como [fraudes e demissões](#), revelam ainda mais a “[herança escravocrata](#)” que o país possui, e que mantém uma “[servidão negra](#) para proteger vidas brancas”, sem o real direito das mulheres negras de ficarem em [casa](#) e se protegerem – sobretudo quando, sem renda, precisam trocar faxina por [comida](#).

E mesmo quando conseguem um feito como o de [Jaqueline Goes de Jesus](#), cientista negra que liderou o sequenciamento genético da Covid-19 no Brasil, mulheres negras são as mais afetadas, na [ciência](#) e na academia, pela pandemia – [afastando-as](#) ainda mais. Quando têm [filhos](#), a situação é ainda mais complexa, e piora se são [mães solo](#): com as creches fechadas, um estudo indicou que a participação de mulheres no mercado é a menor desde [1990](#), e ainda pior para negras. Ademais, o trabalho [docente](#), principalmente nas universidades privadas, segue precarizado.

Para além do problema trabalhista, há todos os demais problemas decorrentes deste, como a [carga mental](#), o [estresse e a ansiedade](#) intensificados por dilemas financeiros. Adicionalmente, mesmo quando podem fazer [home office](#), mulheres, sobretudo negras, enfrentam

dificuldades para trabalhar e estudar – segundo a [Revista Pagn](#), empreendedoras gastam mais tempo em tarefas domésticas do que homens. E, quando conseguem superar tais barreiras, ainda enfrentam [violência patrimonial](#).

Aqueles que permanecem em [home office](#) também têm um perfil: brancos, com ensino superior e maior renda, o que evidencia ainda mais a [exclusão financeira](#) de negras e negros na pandemia. Além disso, também foi acentuada a assimetria entre formais e [informais](#), que se traduz, também, nas desigualdades salariais e raciais: no Rio de Janeiro, brancos ganham [41,9%](#) a mais do que negros. E, muitas vezes sem a possibilidade de home office ou alternativas formais, a alternativa é trabalhar como [entregador](#) ou motorista de aplicativos – situação que, além de trazer à tona a precarização, também se relaciona ao caso do ex-motoboy [Matheus Pires](#), agredido com cuspes na cara por um usuário de app de delivery. Dada a repercussão do caso, Matheus conseguiu criar uma [empresa](#) voltada para jovens talentos e diversidade. No entanto, outros continuam enfrentando rotina semelhante.

Enquanto isso, a [reabertura](#) do comércio ainda era vista como algo que prejudicaria ainda mais a periferia, segundo uma líder comunitária. Afinal, entre infectados, a [maioria](#) era de negros, pobres e com pouca escolaridade. Propostas de [renda básica](#) para todos não fluíram, e [mortes](#) de autônomos, donas de casa e usuários de transporte público, majoritariamente negros, não esperaram. O desemprego, por sua vez, também não esperou: junho já registrava [16%](#) mais desempregados do que maio. Tal situação não foi exclusiva no Brasil: em setembro, nos [EUA](#), a disparidade de desemprego entre negros e branco também se acentuou ainda mais.

Visando sanar ao menos parte do problema, a decisão do [Magalu](#), a partir de setembro, de criar vagas especificamente para pessoas negras repercutiu nas redes e em ações judiciais – positiva e negativamente.

Quem criticou pareceu se esquecer da discriminação que negros, inclusive [LGBTQIA+](#), enfrentam para entrar no mercado de [trabalho](#). E também pareceu se esquecer de que, mesmo quando conseguem ter seu negócio e pedem por financiamento coletivo, sofrem ataques racistas na [internet](#) que afetam sua vida.

Engana-se, no entanto, quem pensa que tais disparidades repercutiram na mídia somente sobre domésticas, cientistas e empreendedores: profissionais de saúde negros também foram precarizados, precisando exigir [indenizações](#), testes e fim das [terceirizações](#), além de terem mais [chances](#) de se contaminarem. Tais nuances podem ser observadas na nuvem de palavras gerada nesta seção.

E o quadro continua: [ambulantes](#), [imigrantes](#), [atletas](#), [artistas](#) periféricos, jovens em [conflito](#) com a lei, [candidatos](#) às eleições e tantos outros profissionais negros também sofreram. Até mesmo crianças: segundo o Ministério Público do Trabalho, a pandemia aumentou o [trabalho infantil](#) em São Paulo, principalmente entre famílias negras.

Pessoas negras são, também, mais barradas em pedidos de [empréstimos](#), as mais afastadas da [aposentadoria](#) do INSS e as que mais enfrentaram a crise sem [reservas](#) financeiras. Mulheres negras, por sua vez, são [80%](#) das que não possuíam reservas, além de serem as [empreendedoras](#) mais atingidas – o que fez com que o [auxílio emergencial](#) se tornasse indispensável para elas. A solução provisória, muitas vezes, é recorrer a financiamentos [coletivos](#). Contudo, nos EUA, país que teve mais fechamento de [empresas](#) geridas por negros do que de brancos, houve um boom de [freelancers](#), principalmente entre negros, dada a ausência de políticas públicas eficientes – situação que tende a se agravar, também, aqui.

Ainda que com tal cenário gravíssimo, surgiram notícias, em outubro, sobre o mundo do trabalho ser “mais [inclusivo](#) no pós-

O que saiu na mídia sobre raça, desigualdades e pandemia?

Boletins	Rede de Pesquisa Solidária	Boletim nº 3: Na crise, homens negros e mulheres negras são os mais vulneráveis. Mas surgem “novos vulneráveis”, homens brancos e mulheres brancas em serviços não essenciais Ian Prates et al.	Abr.2020
	Rede de Pesquisa Solidária	Boletim nº 7: Fome, desemprego, desinformação e sofrimento psicológico estimulam a violência e a desesperança em comunidades vulneráveis de seis regiões metropolitanas brasileiras Gabriela Palhares et al.	Mai.2020
	IPEA Disoc	Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil Joana Alencar et al.	Jun.2020
Jornais	Valor	Márcia Lima e Ian Prates: Covid afeta de forma distinta brancos e negros, pobres e ricos Márcia Lima; Ian Prates	Ago.2020
	Diário do Sudoeste	Sebrae: crise acentua disparidade entre brancos e negros no acesso a crédito Estadão Conteúdo / Sebrae e FGV	Nov.2020
	G1	Desemprego tende a aumentar ainda mais entre pretos e pardos em 2021, aponta FGV Daniel Silveira et al.	Nov.2020
Webinários	Preta Parks	A uberização do trabalho e racismo Letícia Parks; Paulo Galo	Ago.2020
	Brazil LAB Princeton University	Inequalities: Poverty, Racism, and Social Mobility in Brazil Márcia Lima et al.	Out.2020

Como citar este informativo

PRATES, Ian; LIMA, Márcia et al. Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia. *Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19*, AFRO-CEBRAP, n. 7, 2021.



Para rever a colaboração dos pesquisadores do Afro ao debate público sobre desigualdades raciais e racismo, acesse o nosso [site](#).

Referências bibliográficas

ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*. Bauru/SP: Edusc, 1988.

BARBOSA, Rogério; FERREIRA DE SOUZA, Pedro; SOARES, Serguei. Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019. Blog DADOS, 2020 [publicado em 16 de julho de 2020]. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil/>>.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Textos para Discussão*, n. 377. Brasília: IPEA, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

HASENBALG, C. "O Negro na indústria: proletarização tardia e desigual". In: HASENBALG, Carlos; SILVA Nelson Valle. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, CEAA, Iuperj, 1992, pp. 101-118.

HASENBALG, C. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal: 1979.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson. "Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional". In: HASENBAL, Carlos; SILVA, Nelson; LIMA, Márcia. *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, pp. 218-231.

LIMA, Márcia. "Serviço de Branco, serviço de preto": representações sobre cor e trabalho no Brasil. Tese de doutorado. IFCS/UFRJ, 2001.

LIMA, Márca; PRATES, Ian. "Desigualdades Raciais no Brasil: um desafio persistente". In: ARRETCHE, Marta (Org.). *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. Sao Paulo: Unesp, 2015, v. 1, pp. 163-192.

_____. "Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira". *Tempo Social*, 31(2), 2019, 149-171. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.149291>>.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. "Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)". In: MARCONDES, Mariana; PINHEIRO Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. (Org.). *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013, pp. 53-80.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente. "Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro". *Revista de Economia Política*, vol. 40, n. 4, out.-dez./2020, pp. 647-668.

PRATES, Ian ALMEIDA, M. E. . Idosos e a pandemia no Brasil: trabalho e proteção social no contexto da exclusão forçada. In: Graziela Castello; Daniela Constanzo. (Org.). *Desafio Longevidade: estudos sobre mercado de trabalho e envelhecimento populacional*. 1ed. São Paulo: , 2020, v. , p. 11-36.

PRATES, Ian; BARBOSA, Rogério. "The Impact of COVID-19 in Brazil: Labour Market and Social Protection Responses". *Ind. J. Labour Econ.* 63, 31–35, 2020.

_____. Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. Rede de Pesquisa Solidária – Boletim No. 14, 3 de julho de 2020 (2020a).

PRATES, Ian; SILVEIRA, Leonardo "Mudança estrutural, segregação e o elitismo da discriminação: as desigualdades de gênero e raça no topo da estrutura ocupacional brasileira em meio século". Mimeo, 2021.

RAMOS, Jair. "Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do Imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20". In: Maio, Marcos; Santos, Ricardo. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. "Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: 1960 a 2010". In: ARRETCHE, Marta (Org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Unesp, 2015

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 41-58.

_____. (1990) "Os paradoxos da miscigenação". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, 20, p.165-185.



Equipe do Projeto
“Desigualdades Raciais e a Covid-19”

Márcia Lima | coordenação
Anna Carolina Venturini
Caio Jardim Sousa
Huri Paz
Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão
Gisele Silva Costa
Jaciane Milanezi
Renata Braga
Thayla Bicalho Bertolozzi

Financiamento



Apoio



IBIRAPITANGA